

Suplente se diz “traído”



Claudiomiro Tomasi disse que se sente traído pelo prefeito Gustavo Zanatta. O primeiro suplente do PTB, partido do chefe do Executivo, assumiu uma cadeira na Câmara de Vereadores durante a licença de Juarez Vieira da Silva. Foi à tribuna reclamar que praticamente abandonou a família pra fazer campanha pela chapa eleita e que, mesmo assim, a última ligação que recebeu de Zanatta foi em dezembro de 2020, há mais de um ano. “Gringo”, como ele é conhecido, não deixou claro que tipo de contrapartidas esperava do prefeito, mas fez críticas ao trabalho da secretaria de Desenvolvimento Rural. Chegou a ironizar que o nome da pasta teria que ser trocado para secretaria de “MANUTENÇÃO rural”. A direção do PTB deve estar contando os dias para Juarez voltar.

Tio Manduca não é consenso

O anúncio oficial da negociação de compra do Parque Tio Manduca não foi tão bem recebido quanto o Governo Zanatta esperava. A aquisição do imóvel tem por finalidade a criação de um parque de eventos tradicionalistas em Montenegro. Pelos comentários registrados nas redes sociais, ela é bem recebida do ponto de vista do apoio à cultura gaúcha, que inegavelmente é merecido. Por outro lado, também são várias as críticas à aplicação de R\$ 1,5 milhão para adquirir a área, que tem mais de 19 hectares.

A Câmara, que terá que autorizar o crédito especial pra compra, está atenta à repercussão. Até Paulo Azeredo (PDT), que vinha defendendo a aquisição do Tio Manduca, quer ser mais cauteloso. Quinta, disse que, antes de fechar negócio, é preciso entender o quanto do imóvel poderá ser aproveitado sem desprezar a legislação ambiental que envolve a beira do rio. Ari Müller (PP) lembrou que o local é inundável e defendeu uma análise detalhada do projeto. “Não pode ser votado a toque de caixa”, alertou.

“Posse da lua”

“Na Justiça, tu pode pedir até a posse da lua”. A declaração de Silvio Kaél, gerente de contratos e convênios no Governo Zanatta, mostra que há tranquilidade da Administração Municipal em relação ao processo judicial movido pelo Sindiágua contra o Município e o aditivo contratual firmado com a Corsan. O procedimento adotado por aqui foi o mesmo da grande maioria das cidades que fizeram os contratos suplementares - Canoas, por exemplo - e o governo está seguro de que seguiu todos os trâmites legais necessários. O processo tramita na 2ª Vara Cível de Montenegro.

De volta

A Comissão de Ética da Câmara de Vereadores deve se reunir nesta quinta-feira, após a CGP, para dar andamento à análise da representação feita contra o vereador Paulo Azeredo (PDT) pelas direções do PTB e do MDB. A data foi confirmada pela relatora da comissão, Ana Paula Machado, que é do PTB. A representação foi feita após Azeredo ter mostrado, numa sessão ordinária, o áudio de parte de uma reunião dele com o prefeito Gustavo Zanatta, produzido e divulgado sem autorização.

Central de resíduos: faltou transparência do Governo Kadu

“*A implantação ou execução de atividades públicas representam grande risco, direto ou indireto, de modificação significativa da qualidade dos recursos ambientais, da biota, da segurança ou do bem-estar da população, na área do Município, dependem, além das exigências estabelecidas em lei, também de consulta à população, mediante plebiscito. Incluem-se no disposto neste artigo, a implantação de depósitos de lixo tóxico ou radioativo.*”

O artigo 207 da Lei Orgânica, a Constituição do Município de Montenegro, está entre os principais argumentos que demonstram como iniciaram tortas as tratativas pra instalação da central de resíduos sólidos industriais no Pesqueiro; assunto que movimentou a comunidade na última semana. O empreendimento está sendo preparado para receber resíduos de classe 1, os perigosos, em cuja definição estão características de inflamabilidade, corrosividade e toxicidade. Porém, a certidão ambiental municipal que abriu a janela para o início dos es-

tudos e autorizações junto à Fepam foi assinada pelo então prefeito Kadu Müller em maio de 2020 sem qualquer divulgação ou diálogo junto à Câmara ou os conselhos do Plano Diretor e de Defesa do Meio Ambiente. O documento, também assinado pelo então secretário de Meio Ambiente, Adriano Chagas, certifiquei, na ocasião, que Montenegro “nada tem a se opor” quanto a instalação; e que estava autorizada a recepção de resíduos vindos de outros municípios.

Foi só quase dois anos depois, por obrigação legal do processo de licenciamento, que os montenegrinos efetivamente foram saber das tratativas. E eles mostraram que, ao contrário do que colocava o ex-prefeito, a cidade tem bastante a se opor quanto ao empreendimento e os riscos que sua instalação – por mais que cobradas uma série de medidas de segurança – podem trazer à comunidade e ao Meio Ambiente.

É prudente linkar o caso com o que ocorreu em 2012; da proposta de instalação de uma estação de tratamento de efluentes industriais no prédio da antiga Ambev. O

empreendimento não receberia cargas tóxicas nem metais pesados, mas a comunidade demonstrava preocupação com a possibilidade de mau cheiro e a proximidade com o Rio Caí. A mobilização comunitária acabou sendo chave para que a empresa desistisse do investimento; uma vez que o movimento ocorreu antes de ser dada qualquer autorização do Município. Antes, assim, de iniciar o processo de licenciamento com a Fepam. Isso foi possível porque, na gestão de Percival de Oliveira, as tratativas foram publicizadas, a situação foi levada aos conselhos pertinentes e a Câmara pôde promover audiência pública sobre o assunto de forma antecipada.

Não é sobre Montenegro fechar às portas pro novo empreendimento – esse tipo de resíduo precisa ir pra algum lugar – mas de viabilizar, quem sabe, um local mais adequado, longe de recursos hídricos e residências. Tivesse havido transparência lá no começo, certamente este processo de licenciamento, da forma como está, não chegaria até a Fepam.



Vários moradores do Pesqueiro foram à Câmara na quinta-feira

Quem sabia?

A falta de divulgação das tratativas faz refletir sobre o porquê do sigilo na sua tramitação. Na audiência da Fepam, um dos diretores da empresa responsável pela central de resíduos chegou a dizer que, depois de Kadu, “falou também com o Gustavo” sobre a instalação. Mas na Câmara, a líder do governo, Ana Paula Machado, negou que Zanatta já estivesse sabendo do assunto. Focada em afastar a atual administração da polêmica, disse que o representante errou ou mentiu em sua fala. Se tudo tivesse vindo à público antes, o poder de reação da comunidade seria maior.

Mobilizados

Atropelados pelo tempo reduzido pra se manifestar, a comunidade do Pesqueiro, a Câmara de Vereadores e os conselhos municipais se movimentaram rápido pra tentar barrar o empreendimento. Há medidas tramitando no Legislativo e no Judiciário. É preciso fazer barulho mesmo! Na audiência pública, os representantes da Fepam já se mostraram alinhados com a empresa; e pouco agiram como os mediadores. A Proamb tem reputação no mercado, com várias certificações na área ambiental e, se não forem esses esforços locais, dificilmente terá a autorização de instalação negada pelo órgão estadual.

Uma semana de debate e reflexão:

Mulher, protagonismo e desafios

Apresentação:

Maria Luiza (Lica) e convidadas

07/03 | 19h

09/03 | 19h

08/03 | 19h

10/03 | 19h

Transmissão pelo



Apoio:

